

MAGISTÉRIO PRIMÁRIO EM PORTUGAL: CONQUISTA FEMININA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

JANE SOARES DE ALMEIDA

Departamento de Didática da Faculdade de Ciências e Letras
Unesp — Araraquara/SP

RESUMO

O século XX, nos seus anos iniciais, encontrou em Portugal uma sociedade na qual os papéis tradicionais ligados ao sexo foram assimilados ideologicamente e aceitos por homens e mulheres. A identidade feminina, resguardada no recato doméstico, convivia com uma sociedade repleta de valores, expectativas e preconceitos que compunham seu arcabouço e determinavam os costumes. A transgressão e os questionamentos dos papéis sexuais deveu-se a umas poucas mulheres letradas que deslocaram a questão para além da esfera doméstica através de publicações de seus escritos na imprensa periódica educacional e feminina. A análise dessa imprensa permitiu entrever a situação profissional das professoras primárias, suas lutas e conquistas no período, além de derrubar mitos que fazem com que os atributos de desvalorização e feminização da profissão sejam considerados sinônimos.

MAGISTÉRIO PRIMÁRIO — FEMINIZAÇÃO — IMPRENSA FEMININA E EDUCACIONAL

ABSTRACT

PRIMARY SCHOOL TRAINING IN PORTUGAL: FEMININE CONQUESTS AT THE BEGINNING OF THE 20TH CENTURY. At the beginning of the twentieth century, Portugal was a society where traditional gender roles were ideologically assimilated and accepted by both men and women. Feminine identity, relegated to domestic intimacy, existed in a society replete with values, expectations and prejudices that comprised its skeleton and determined its customs. The transgression and questioning of sexual roles was due to a few literate women who took the issue beyond the domestic sphere through publication

Pesquisa financiada pelo CNPq.

of their writings in the feminine and educational periodical press. An analysis of this press permits a view of the professional situation of primary school teachers, their struggles and conquests at the time, and the overturning of the myths that considered the devaluing and feminization of the profession to be synonymous.

Uma das principais dificuldades para o trabalho histórico consiste em conseguir impor uma certa coerência às fontes que, muitas vezes, mostram-se fragmentadas, principalmente se se tem, entre elas e o momento presente, anos empoeirados pertencentes ao passado representados por frases apagadas, páginas que faltam, rasgos incompreensíveis ou trechos irrecuperáveis.

Essas reflexões foram levadas em consideração quando me propus buscar modelos de análise para repensar a história das mulheres no magistério através das fontes escritas representadas pela imprensa periódica educacional e feminina e tentar estabelecer categorias explicativas para essa história, através da obra escrita, que privilegiasse o ponto de vista das mulheres. Nessa busca, não deixei de considerar que as fontes escritas, apesar do universo que abrem ao pesquisador em História, possuem também suas limitações, principalmente aquelas derivadas do fato de que tanto a leitura, como a escrita, durante todas as épocas, pertenceram a uma minoria privilegiada. Apenas este século tem tentado universalizar esse conhecimento, embora sem grande sucesso.

As fontes escritas, representadas pela imprensa periódica educacional e feminina, assim como outras fontes de natureza literária, apresentam um potencial de análise que inclui o ponto de vista do sujeito no seu tempo e revelam um passado que, para esse sujeito, era o presente, com todo seu determinismo. A decifração desse presente-passado, com os meios dos quais se dispõe, sejam os gravados através da palavra escrita, sejam os obtidos pelos testemunhos dos atores que o vivenciaram, viabilizam um trabalho de reconstrução e interpretação. As épocas possuem um determinado *perfil histórico* que, muitas vezes, fica diluído nas análises macroestruturais e impedem o historiador de captar as diversas tonalidades das quais aquele período foi portador. Poder caminhar em meio à microestrutura dos fatos e das idéias do cotidiano, expostos por sujeitos únicos, embora inseridos na coletividade e nela promovendo mudanças, viabiliza captar os códigos verbais e a expressão das mentalidades e como estas se construíram na cotidianidade das existências.

Não foi minha intenção fazer uma análise aprofundada da imprensa periódica educacional e feminina em si, ou de seu desenvolvimento na época, mas sim intentar descobrir, através da linguagem escrita, *o sentido e o significado* da narrativa e os atores que a ela deram vida naquele momento histórico. Para isso, adotei um tipo de raciocínio que concebe a obra escrita como algo que não consegue existir sem o seu criador e o leitor a quem se dirige, nem sustentar-se sem o contexto do próprio tempo histórico. Minha preocupação não esteve voltada para a análise de um determinado jornal ou uma revista,

como obra literária em si, nem para o acompanhamento de seu percurso e desenvolvimento, assim como sua ordenação editorial. O principal foco de análise centrou-se nos atores como *sujeitos interlocutores da história, enquanto seres humanos em sua subjetividade*, e procurei direcionar-me metodologicamente, através de temários explícitos representados pela relação entre *mulher e educação*.

A imprensa feminina em Portugal geralmente preocupava-se com a questão da emancipação, da educação e da profissionalização das mulheres, mas nem sempre referia-se ao magistério prioritariamente. A imprensa educacional voltava-se essencialmente para as questões pedagógicas e o magistério em si, sem defini-lo como atribuição primordial de um ou outro sexo. Havia diversas lacunas sobre a condição feminina e, na maioria das vezes, as mulheres professoras permaneceram numa invisibilidade política e pedagógica, enquanto se ignorava até mesmo sua superioridade numérica.

Acredito que a principal contribuição deste estudo seja, pela análise do caso português, a de permitir uma interpretação do magistério feminino sob o ponto de vista das mulheres que vivenciaram sua realidade e desenvolvimento histórico, e possa promover algumas inversões paradigmáticas sobre a profissão, dando ensejo a novas análises sobre o magistério feminino em geral. Tais análises objetivam uma visão diferenciada que se afaste daquela que tem ignorado, sistematicamente, o papel das mulheres ao longo da História da Educação, atribuindo-lhes papéis de passividade e receptividade, esquecendo-se de que as transgressões e a resistência, tanto como hoje, constituíram, no seu tempo, uma realidade e por isso também fazem parte da História.

Os periódicos educacionais editados em Portugal tinham, nos seus quadros de articulistas e diretores, uma maioria masculina e atingiam os dois sexos ao posicionarem-se sobre questões pedagógicas, que não eximiam ataques às políticas públicas em todos os setores e, naturalmente, na educação. Esses escritos eram representativos de uma visão do processo educacional construída por homens e, na maioria das vezes, não deixavam transparecer o quanto a educação estava impregnada da presença feminina, fazendo supor que seus principais atores eram representados apenas pelo sujeito masculino. Os periódicos femininos eram escritos e dirigidos por mulheres pertencentes às classes privilegiadas, pessoas detentoras de cultura e criticidade, uma elite, enfim, que constituiu-se numa equipe de vanguarda e se arrogou a prerrogativa de questionar a ordem social e as estruturas culturais que normatizavam sua vida e seu destino. Essa elite feminina era composta de médicas, artistas, advogadas, engenheiras, esportistas, escritoras e professoras que, pela imprensa, tinham acesso ao espaço público e podiam denunciar o que suas antecessoras calaram em anos de submissão.

Houve momentos em que esses dois tipos de imprensa, a educacional e a feminina, fundiram-se em reivindicações comuns e se aliaram nas suas

reclamações e denúncias. Existiu também a contrapartida, e se distanciaram quando as propostas feministas se afastaram do discurso normativo vigente, o que revelou o conservadorismo do qual também se revestia a educação, assim como a dominação masculina nesse campo.

Considero importante assinalar que nunca houve unanimidade entre as mulheres a respeito das questões feministas e até mesmo educacionais. As mulheres que participaram ativamente do espaço público que a imprensa possibilitava ocupar eram exceções no universo feminino da época; eram mulheres, em geral, inseridas nas classes média e acima desta. Por esse motivo, as questões referentes às operárias e mulheres pobres, que nunca tiveram acesso à educação e à cultura, e sempre trabalharam nos mais variados labores e, sozinhas, sustentaram famílias, ficavam um tanto alijadas do processo de discussão e participação.

Entre essa elite também havia divergências e, paradoxalmente, muitos homens se envolveram com a causa feminista e concordaram com as mulheres em muitos pontos sobre a educação e a profissionalização feminina.

Os jornais femininos eram escritos, dirigidos e destinados às mulheres, possuindo um determinado teor feminista, contando também com a colaboração de simpatizantes do movimento. Os jornais educacionais eram publicações da área da educação e das Escolas Normais, escritos por e para professores e alunos de ambos os sexos que, constantemente, enviavam suas opiniões sobre educação.

Ao selecionar os periódicos portugueses do início do século, procurei descortinar, basicamente, dois aspectos: a *desvalorização salarial do professorado* e a *feminização*. A imprensa educacional tratava com maior freqüência de questões pedagógicas, como metodologias de ensino, livros e materiais didáticos, temas políticos, o direito à educação, a coeducação, a situação profissional; as políticas educacionais; educação feminina, educação infantil e, principalmente, questões salariais. As revistas e jornais femininos ocupavam-se de temário variado, como a necessidade de educação e instrução para as mulheres, na esteira do direito ao voto. Além dos artigos, os jornais e as revistas femininas apresentavam debates, notícias do mundo, fotografias, desenhos, novelas em capítulos, poesias, versos satíricos, editoriais, educação infantil, moda, conselhos de saúde e beleza, que não faziam parte da imprensa educacional.

O livro organizado pelo professor português António Nóvoa (1993), *A Imprensa de educação e ensino*, referente aos séculos XIX e XX, apresenta uma valiosa contribuição e um avanço no campo da pesquisa histórica, com uma completíssima referência acerca dos periódicos educacionais editados em Portugal no período assinalado. Outra publicação bastante interessante que envolve a imprensa portuguesa é o trabalho de Maria Ivone Leal (1992), *Um século de periódicos femininos*, que apresenta uma descrição dos periódicos escritos e

dirigidos por mulheres no país, entre 1807 e 1926. Existe também um catálogo organizado por Ivone de Freitas Leal (1994) com o nome *Fontes portuguesas para a história das mulheres*, que classifica as fontes escritas existentes em Portugal sobre a condição feminina, em seções denominadas: *tesouros, livros em louvor e defesa das mulheres, o discurso antifeminino, feminismo, livros didáticos, periódicos femininos e estudos sobre as mulheres*.

Em Portugal, a proclamação da República, em 1910, deu um novo impulso às manifestações femininas, porém, desde a virada do século, os temas que tratavam de educação, instrução e maiores direitos para as mulheres eram debatidos por meio da imprensa. Nos anos iniciais do século XX, houve uma proliferação de jornais e revistas escritos e dirigidos por mulheres, assim como eram variadas as publicações periódicas de educação dirigidas ao professorado. Essa imprensa manteve-se nas décadas seguintes, principalmente nos anos 20. A década de 30, com a implantação do Estado Novo e o conseqüente esvaziamento das manifestações democráticas, nas quais se inclui a liberdade de imprensa, pode ter contribuído para um certo silêncio das associações femininas que foi quebrado nos finais dos anos 60, com a emergência do movimento reivindicatório feminista mundial. As décadas de 40 e 50, porém, continuaram a editar seus escritos dirigidos ao professorado.

Outro fato digno de relevância é que havia também uma estreita correspondência entre as escritoras e jornalistas portuguesas e brasileiras. As revistas editadas em Portugal eram assinadas e lidas no Brasil e vice-versa, o que permite inferir que, havendo troca de correspondência e divulgação dessa imprensa entre a população feminina dos dois países, também havia um intercâmbio da ideologia e as reivindicações seriam pois semelhantes, em que pesem algumas diferenciações culturais.

O PROFESSORADO PRIMÁRIO PORTUGUÊS VISTO POR MEIO DA IMPRENSA PERIÓDICA EDUCACIONAL E FEMININA

O século XX, nos seus anos iniciais, encontrou em Portugal uma sociedade na qual os papéis tradicionais ligados ao sexo foram assumidos ideologicamente e aceitos igualmente por homens e mulheres. Os limites entre os sexos eram claramente definidos e transmitidos culturalmente de forma a serem plenamente interiorizados pelos agentes sociais de então. A identidade feminina, resguardada entre os vários segmentos sociais, convivia com uma sociedade repleta de valores, normas, expectativas, imagens, regras, conceitos e preconceitos que compunham o arcabouço social e determinavam os hábitos e costumes solidamente alicerçados. Às mulheres, o espaço doméstico por excelência, o recato, a submissão. Aos homens, o espaço público, a liberdade, a dominação.

A transgressão ou o questionamento dos papéis sexuais tradicionais que estiveram presentes na vida portuguesa até os finais do século XIX deveram-se

principalmente à ousadia de umas poucas mulheres talentosas e instruídas que deslocaram a questão para além da esfera doméstica e expuseram as mazelas da sua condição, ao denunciarem preconceitos e discriminações ditados somente pela diferença sexual de base biológica.

Nos finais do século XIX, a sociedade portuguesa ainda possuía uma cultura voltada ao apego das tradições, títulos nobiliárquicos, valores classistas e burgueses acentuados, apesar de se avizinhar a República, que viria a ser implantada a 5 de outubro de 1910. Nesse período, ser burguês significava um estatuto socioeconômico que aliava a determinados valores morais um certo toque intelectual. Pertencer à burguesia era não ser descendente dos nobres, espécie em acentuada decadência, nem ser das classes operárias. Era possuir casas bonitas, freqüentar reuniões sociais, vestir-se bem e adequar-se a toda uma série de normas que enquadravam o bem-viver em sociedade. Para as mulheres, a situação compreendia as regras da convivência direcionadas para os rituais do namoro e do casamento, suprema aspiração das jovens. Havia poucas intelectuais independentes e os costumes eram comumente ditados pelo modelo masculino. As reivindicações femininas eram raras e moderadas. Nos anos iniciais começavam a aparecer alguns brandos movimentos feministas que insinuavam indícios de uma certa permissividade e de um desejo implícito de se libertar da tutela de pais e maridos. Era o caminho de uma possível emancipação que se avizinhava.

No campo educacional, o ensino primário, que se iniciou como atividade masculina nos finais do século XVIII, em 1815 já contava, nos seus quadros, com professoras destinadas somente ao ensino das meninas. Por volta de 1870, o ensino primário principiou a atrair maior número de mulheres e nesse período elas já significavam um terço do número total de docentes desse nível de ensino. Em 1910, mais de metade dos professores eram mulheres e no final da República, estas já representavam dois terços de todo o professorado primário (Araújo, 1993)¹.

Nóvoa (1993), ao estudar o estatuto socioeconômico da profissão docente em Portugal, observa que, no princípio, a regência de classes era atribuição dos mestres-escolas, depois passou aos mestres-régios, professores de primeiras letras, professor de instrução primária e professor primário, estabelecendo cinco categorias para o estudo desse estatuto:

-
1. A autora acrescenta que “nas décadas seguintes, esta tendência continuou a acentuar-se até a actualidade, não só no ensino primário como noutros níveis de ensino. Nas escolas primárias, em meados dos anos 1980, as professoras constituíam 92,4% do total de docentes. No chamado ‘ensino preparatório’, embora menos, representavam 69,1%. No que se considerava até há pouco como ‘ensino secundário’, constituíam 61,8% (dados do Relatório Braga da Cruz, 1988:1198, para o ano 1985/86). Apenas no ensino superior se encontram percentagens femininas menos visíveis: 30% como assistentes e 8,2% como professoras, associadas ou catedráticas” (p.166).

1ª. O mestre-escola do século XVI ao XVIII, fortemente vinculado à Igreja Católica e que não dependia do magistério, exercendo outras atividades;

2ª. Os mestres-régios, ainda em finais desse mesmo século e que passam a ser mantidos pelo denominado “subsídio literário”, pago pelo Estado e com suporte legal para o desempenho da docência;

3ª. Professores de primeiras letras, em princípios do século XIX, e a institucionalização da Escola Normal na sua primeira metade;

4ª. Professor de Instrução Primária, na segunda metade do século XIX;

5ª. Professor Primário no século XX e na República.

O autor mostra que, em finais do século XVIII, existiam em Portugal apenas três professoras, mas as décadas seguintes iriam assistir ao progressivo aumento das mulheres na carreira do magistério, fenómeno que ocorria em nível mundial, assinalando que os salários percebidos pelos docentes do ensino primário à época eram comparáveis aos recebidos por pedreiros e carpinteiros.

O trabalho de Áurea Adão (1984), *O Estatuto sócio-profissional do professor primário em Portugal (1901-1951)*, refere-se à tão comentada degradação da situação do professor primário, afirmando que em Portugal ainda não foram feitos estudos que demonstrem como se processou essa degradação e questiona se o professorado primário português terá experimentado, em tempos passados, melhores condições profissionais. A autora traça um paralelo entre as reformas educativas e seu correspondente em relação às ideologias de cada época, apontando uma categoria profissional formada por professores engajados na luta pela melhoria do ensino e de sua situação, que se utilizavam da imprensa na Primeira República para dar a conhecer suas aspirações, influenciando as ações dos governantes².

Num final de século que se prenunciava conturbado, Portugal mergulhava numa crise social que se expressava principalmente pela contestação do monarquismo. O movimento feminista antecedeu a implantação da República. A Primeira Guerra Mundial foi talvez o marco que mergulhou o país, e quiçá a Europa, no século XX. Mesmo assim, o Portugal dos primeiros anos do século apresentava comportamentos tradicionais que o pós-guerra iria mudar, embora lenta e brandamente³. Em relação à população feminina, os costumes

2. A autora acrescenta que “quando estudamos as iniciativas educacionais mais importantes dos séculos XVIII e XIX, constatamos que existe grande divergência entre o que os legisladores e os pedagogos portugueses propuseram e aquilo que os governantes acabaram por pôr em prática” (p.19).

3. “A guerra, terminada em 1945, influiu extraordinariamente na evolução da mentalidade da mulher e, do homem. A contribuição da mulher para a defesa dos respectivos

permaneciam tradicionalmente estruturados, com a mulher confinada no espaço doméstico e pouco se atentava para a sua escolarização. Cecília Barreira observa que de 3 de agosto de 1870 a 7 de agosto de 1888, a legislação sobre o ensino feminino era praticamente nula⁴.

As prendas domésticas, línguas, bordado e piano eram parte obrigatória de um tipo de educação que direcionava a mulher para o casamento. Essa educação era considerada a única adequada para o sexo feminino tanto pelos liberais, como pelos conservadores, que se projetavam no cenário sociopolítico-cultural português. Poucas eram as jovens que podiam frequentar o ensino secundário e mais raras ainda as que conseguiam chegar aos cursos superiores.

As que decidiam ser professoras enfrentavam, no desempenho do seu trabalho, uma tripla discriminação: a decorrente do fato de serem mulheres numa sociedade eminentemente masculina; a de pertencerem a uma categoria profissional desvalorizada em termos salariais e, no interior da profissão, a do preconceito dos próprios colegas, o que, por sua vez, refletia a estruturação social impeditiva para as mulheres.

A IMPRENSA PERIÓDICA EDUCACIONAL E FEMININA

No período que vai de 1880 a 1969, foram editados em Portugal nada menos que 28 jornais que tratavam da formação de professores pelas Escolas Normais, além de outras referências à educação. O jornal pedagógico *O Ensino*⁵

países, nas fábricas, nas linhas de combate, nos hospitais, em todos os sítios onde era preciso substituir o homem que ia combater, foi tão importante, tão eficaz, que o próprio Churchill num de seus livros afirmou que se não fossem as mulheres, os Aliados não tinham podido ganhar a guerra. Isso deu às mulheres e sobretudo às jovens uma noção de vida e de confiança em si próprias, levou-as a analisar como era injusta a situação em que se encontravam. Em toda a parte, e não só em Portugal, o movimento para a promoção da mulher, para a igualdade dos direitos da mulher desenvolveu-se extraordinariamente. Foi uma consequência das próprias circunstâncias. A guerra levou a mulher a demonstrar que pode substituir o homem com igual rendimento.” Entrevista concedida por Maria Lamas (Olim, Marques, 1979. p.24).

4. “No ano de 1898 surgem as primeiras diligências a fim de funcionar no antigo mosteiro de S. Dionísio de Odivelas um instituto com carácter particular, que albergaria as filhas órfãs de oficiais portugueses. Neste estabelecimento eram facultados o ensino primário, o secundário e o profissional, habilitando as educandas para o magistério primário (...)” (Barreira, 1992. p.41).
5. *O Ensino*, editado em Coimbra de 12 de fevereiro de 1903 a 19 de fevereiro de 1905. De teor pedagógico e dirigido ao professorado, o jornal destaca o debate em torno de questões educacionais que se fizeram presentes na imprensa deste início de século e “constituem pilares fundamentais da estratégia associativa de valorização da profissão docente. Com efeito, a promoção social e profissional do professor primário, num contexto de crise acentuada do sistema liberal monárquico, afigurava-se impossível

alcançava-se como um bi-semanário dedicado ao professorado e à população escolar e, durante um determinado período, foi palco de um amplo debate entre professores e professoras acerca do direito de estas regerem classes do sexo masculino. Outro jornal educacional denominava-se *AEIOU*⁶ e, elaborado por professores e alunos da Escola Normal, possuía conteúdo pedagógico e ideologia próprios do período republicano. Esse jornal, embora pequeno e de restrito alcance, abordava aspectos sobre educação feminina e as mulheres no magistério.

Alguns exemplares escolhidos da imprensa educacional permitiram verificar, primeiramente, que a educação feminina sempre foi alvo de discussões e veementes protestos para que houvesse mais instrução para as mulheres, pois só assim poder-se-iam *educar os homens e a sociedade*. A um discurso legitimador da desigualdade que alocava à maternagem o principal aval para o desempenho feminino no mundo do trabalho e que mediava os debates pela imprensa, contrapunha-se um outro discurso advindo das parcelas femininas que, mesmo incorporando esses atributos ideológicos, demonstravam autonomia de pensamento e rejeição aos esquemas discriminatórios de que eram alvo.

O domínio do catolicismo era muito forte na maioria da população, mas não atingia por igual todas as mulheres, pois sempre havia as que transgrediam seus dogmas e o papel que a Igreja lhes procurava impor, cerceando, em nome da religião, sua liberdade e sua oportunidade de desempenhar outra função que não a de mãe. Mas, no geral, a religião conseguia manter a população feminina debaixo de seu controle com a noção do pecado e dos deveres, os quais subentendiam a dominação, a opressão e a renúncia. Impunha preconceitos e legitimava o jugo masculino exercido no matrimônio indissolúvel e sagrado e nas relações parentais dentro da família. Ao dominar a maioria da parcela feminina, a Igreja mantinha um poder que lhe permitia introduzir-se nos lares mediante a figura do confessor e garantir um espaço na vida social e na política, tanto que a negação do direito ao voto às mulheres, após a implantação do regime republicano, tinha entre seus argumentos o de que, por meio delas, os conservadores poderiam chegar ao poder respaldados pela Igreja e sua influência sobre aquelas.

sem uma renovação profunda da política educativa, da administração do ensino e das orientações pedagógicas” (Nóvoa, 1993. p.338).

6. *AEIOU*, periódico de publicação quinzenal, instrutivo e educativo, órgão dos alunos da Escola de Ensino Normal de Évora, publicado de 15 de fevereiro de 1913 a 15 de fevereiro de 1914, elaborado pelos normalistas, o jornal “manifesta uma ideologia educativa própria do período republicano, transportando uma visão do ensino normal em articulação com as idéias de educação social e de instrução popular” (Nóvoa, 1993. p.4).

A revista *A Mulher e a Criança*⁷, também editada em Lisboa e publicada pela *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* de abril de 1909 a maio de 1911, tinha como maior destaque editorial a discussão acerca do feminismo e da educação para as mulheres. Essa revista também desencadeou campanhas contra o alcoolismo, o tabagismo, a prostituição, a escravidão branca, a violação, entre outras, e tinha notável inserção entre as mulheres. Outra publicação, *A Semeadora*⁸, de propriedade da Empresa de Propaganda Feminista e Defesa dos Direitos da Mulher, ocupou-se desses mesmos temas, com maior ênfase na luta pela emancipação da mulher portuguesa. A revista tinha como secretária de redação a escritora e jornalista Anna de Castro Osório e, por ocasião de sua fundação, esta foi noticiada no Brasil pelo *O Diário Popular*, jornal de São Paulo, ao qual a redação enviara uma nota de agradecimento (*A Semeadora*, 15 de fevereiro de 1915. p.2). A revista também noticiou a criação da *Revista Feminina*,

esplêndida publicação ilustrada que se publica em São Paulo — Brasil e é mais uma manifestação do alto progresso da grande capital paulista. Sendo uma elegante revista de modas e trabalhos, não deixa de ser muito literária, o que é uma prova da educação estética da senhora paulista. (*A Semeadora*, 15 de janeiro de 1916. p.4)

Os periódicos femininos sempre foram taxativos a respeito das reivindicações por educação e instrução. Essa foi a principal bandeira de luta da causa feminina e primeiro objeto de suas preocupações, antes mesmo de principiar a luta pelo direito ao voto e ao acesso a uma profissão, uma vez que, sem esses atributos, dificilmente as mulheres poderiam votar ou ser votadas e alcançar a inserção no mercado profissional. Nos anos 20, os jornais e revistas escritos por mulheres discutiam problemas como emancipação feminina e coeducação. Um dos jornais femininos que mais se destacaram nessa década por defender os interesses das mulheres foi *Alma Feminina, Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*⁹. Este periódico teve entre

-
7. “A análise da situação da mulher portuguesa constitui outro dos temas de referência desta revista, de par com a defesa dos direitos cívicos (a situação da mulher nas prisões, por exemplo), políticos, jurídicos e económicos das mulheres e a divulgação do movimento feminista internacional. Particular importância é conferida à educação da mulher, nomeadamente ao respectivo papel no lar, através de rubricas que sistematizam princípios de enfermagem, noções de economia doméstica, de organização de ‘indústrias caseiras’, etc. A principal missão atribuída à mulher é, no entanto, a de mãe e educadora” (Nóvoa, 1993. p.656).
 8. *A Semeadora*, editada em Lisboa de 15 de julho de 1915 a dezembro de 1918, dirigida por Anna de Castro Osório, adotava lemas como defender os direitos das mulheres, a civilização, a justiça e a verdade. Seus temas abordavam a causa feminista, a participação das mulheres na guerra, a emancipação feminina e questões relativas à inserção em uma profissão. Tratava ainda de questões como educação e educação infantil, além dos vencimentos salariais do professorado (Nóvoa, 1993. p.864).
 9. *Alma Feminina*, revista semanal ilustrada e redigida pelas mais notáveis escritoras portuguesas e brasileiras, publicada em Lisboa de 6 de maio de 1907 a 16 de janeiro

suas editoras e principais colaboradoras mulheres como Anna de Castro Osório, Adelaide Cabete e Elina Guimarães, entre outras.

O jornal tratava de temas feministas e do direito ao voto, propondo maior liberdade e maiores direitos para as mulheres. A principal exigência era a necessidade de instrução para o sexo feminino, necessidade aceita por toda sociedade portuguesa mas que na prática revelava-se ainda bastante insatisfatória. Temas como o divórcio eram discutidos de forma cautelosa e apresentavam uma contradição, pois, se esse era reivindicado como um direito contra a *escravidão por toda a vida representada pelo casamento*, ao mesmo tempo, não era recomendado diretamente porque a adoção dessa prática teria o poder de abalar os alicerces da família e da pátria. A prostituição transformou-se em alvo de críticas ácidas e as feministas atacaram o poder público por este a qualificar como um *mal necessário*. Consideravam que a mulher prostituída era uma vítima da falta de instrução que a levava a uma vida miserável, representada por um comportamento abjeto e ditado pela necessidade de sobrevivência. Se essas mulheres tivessem acesso à instrução e, decorrente dela, a uma profissão, não precisariam degradar-se dessa forma, pregavam em seus editoriais. Os direitos e os cuidados com as crianças também foram abordados e denunciados o abandono e a pobreza da infância. Também se posicionaram no campo do ensino básico, exigindo escolas para todas as crianças como uma forma de sanar a indigência infantil no país. O *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* foi publicado sem interrupções de 1914 a 1946, data em que o Conselho foi dissolvido por ordens do Governo Republicano. A partir de 1917, o Boletim passou a chamar-se somente *Alma Feminina* e ser veiculado em formato de revista.

A questão da educação feminina emergiu conjuntamente à necessidade incessantemente reiterada de a mulher conseguir uma profissão que lhe permitisse sobreviver, independentemente de ter ou não um marido. Como o número de homens sempre foi inferior ao de mulheres, argumentavam as escritoras nas revistas, o trabalho feminino era visto como *redenção*, pois nem todas poderiam

de 1908, “Alma Feminina é uma das primeiras revistas que explicitamente se reclamam de orientação feminista, surgindo como antecessora directa do periódico que, com o mesmo título, iniciará a sua publicação alguns anos depois. Formula de igual modo a crença na educação e na ocupação profissional da mulher como estratégias da sua afirmação político-social e, de acordo com esta orientação, promove sobretudo a valorização do papel da mãe na educação dos filhos” (Nóvoa, 1993. p.27). Essa publicação antecedeu o periódico *Alma Feminina, Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, que também foi publicado em Lisboa, de novembro de 1914 a maio de 1946. O Conselho tinha por objetivo veicular a causa feminista e defender os direitos das mulheres associando-se a organizações internacionais, também pelos direitos femininos e conscientizando as mulheres do país a respeito de seus *direitos e deveres*, por meio de conferências e dos artigos do periódico (Nóvoa, 1993. p.167).

casar-se, fosse por ausência de beleza, fosse por oportunidades perdidas. Sendo o casamento a máxima aspiração das mulheres e ter filhos ser prioritário em suas vidas, se tal não sucedia (*embora isso fosse uma desgraça*), uma profissão digna, revestida de afetividade e razoavelmente remunerada significava a saída para uma situação pecuniária desvantajosa.

No Portugal de então as meninas aprendiam apenas a ler e escrever muito mal, o que já significava uma vitória em relação aos séculos anteriores. A maior parte das jovens pertencentes à burguesia e às classes altas nem chegavam a completar o primário. Conheciam um pouco de francês, música e piano, trabalhos decorativos e demais futilidades, insuficientes para modelar seu espírito e despertar sua inteligência.

A escritora Anna de Castro Osório, assídua colaboradora de várias revistas e diretora de muitas delas, enviava seus artigos para serem publicados em revistas brasileiras, o que demonstra o intercâmbio cultural das mulheres nos dois países. Anna de Castro Osório, em parceria com Paulino de Oliveira, escreveu dois livros aprovados e adotados nas escolas do Estado de Minas Gerais e de São Paulo, denominados *As Boas crianças* e *Os Nossos amigos*. De acordo com a notícia publicada, o primeiro livro, em sua 3ª edição, fora especialmente elaborado para as escolas de Minas Gerais (*A Mulher e a criança*, janeiro de 1910. p.14). Em 1911, Anna de Castro Osório acompanhou o marido a São Paulo, onde este iria desempenhar o cargo de cônsul português. Uma vez em São Paulo, a escritora continuou escrevendo nas revistas femininas e educacionais, inclusive na *Revista de Ensino* da Associação Beneficente do Professorado Paulista.

A derrubada da Monarquia em Portugal e a Segunda Grande Guerra introduziram mudanças nos costumes portugueses. A implantação da República, a divulgação acelerada pelos meios de comunicação que se ampliavam com novas tecnologias e que traziam notícias da Europa e dos Estados Unidos propiciaram que as mulheres percebessem rapidamente uma oportunidade de conseguir ocupar um espaço num mundo até então reservado somente aos homens.

A SITUAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DO PROFESSORADO PRIMÁRIO PORTUGUÊS

A imprensa educacional portuguesa nas primeiras décadas do século considerava que, para o país equiparar-se às demais nações do mundo, a educação constituía-se numa arma poderosa. A necessidade de formar bons professores, capazes de se desincumbirem da missão de educar o povo, era urgente e somente uma instrução profissional adequada poderia ser de alguma valia para elevar o nível do professorado primário.

Essa mesma preocupação era patente na imprensa feminina. As professoras enviavam aos jornais e revistas seus comentários recheados de preocupações com a educação e com o preparo dos futuros professores. Os artigos, ao tratarem o magistério como sacerdócio e ao se referirem à missão redentora do professorado, não nomeavam nenhum sexo particularmente, invocando aos professores, de um modo geral, o dever patriótico de servir o país com o seu trabalho. Exaltava-se a *nobreza da profissão*, ressaltando seu espírito de *sacrifício e abnegação*, lamentando a existência amargurada e repleta de privações a que estavam submetidos os professores no país e que a cada dia se tornava mais insuportável.

Os periódicos pedagógicos também eram unânimes em ressaltar a missão sagrada dos professores primários, assim como a desvalorização salarial e profissional que os levava aos extremos da miséria. A situação em que definhava o professorado era lamentável devido aos parcos ordenados, extremamente desiguais em relação às outras categorias profissionais. Como era desejável que o professor fosse casado, aliás não só desejável como recomendável e sendo raros os professores que não constituíam família, o jornal assegurava:

13\$500 reis mensais não lhes asseguram o indispensável pão de cada dia, numa época em que os gêneros alimentícios, e principalmente os que constituem a base duma boa alimentação, são tão caros como na que vamos atravessando. E é por isso, que continuamente chega até nós a pungente notícia do falecimento dum ou outro professor, ou de pessoa de sua família, vitimados pela tuberculose, esse terrível flagelo que assenta os seus arraiais principalmente nas casas onde escasseam os indispensáveis meios de subsistência. (*O Ensino*, Coimbra, 10 de maio de 1903. p.1)

Ao defender a categoria profissional contra os desmandos governamentais e proceder às denúncias sobre suas condições sociais, *O Ensino* ainda revelou uma outra face relativa à instrução feminina e à igualdade entre homens e mulheres. Não se poderia admitir que a instrução fosse diferenciada para os dois sexos se as funções intelectuais eram idênticas para ambos. Em que pese essa atitude progressista, os escritos também refletiam o ideal burguês da época ao afirmarem que os erros da educação feminina residiam na ignorância do verdadeiro papel social da mulher, que deveria estar voltado para a família e a criação dos filhos. Nesse período, as mulheres já representavam uma maioria no magistério primário e durante os anos de 1870 a 1890:

O Estado produziu políticas que atraíram as mulheres ao ensino em número crescente, tendo assim contribuído para a “feminização” do ensino. (...) As políticas educativas desenvolvidas na década de 1870, e que aparecem de prefiguradas na Reforma de Educação de 1878, mostram que houve uma actividade do estado com o objectivo de atrair uma força de trabalho feminina às escolas primárias, apesar das resistências que levantou. (Araújo, 1993. p.172)

Em Portugal, assim como em outros países, a produção acadêmica educacional ainda não tem privilegiado a ênfase nos estudos sobre a feminização do

magistério, como se o fato de uma profissão que, primeiramente, foi masculina e tenha tornado-se feminina não apresente relevância, não só nas expectativas sociais acerca da profissão, como na reviravolta que esta deve ter promovido na vida de muitas mulheres nos anos iniciais do século XX¹⁰. Costuma-se atribuir a perda de prestígio do magistério ao fato de crescente número de mulheres ter procurado esse grau de ensino. Os jornais e revistas da época demonstram claramente que esse prestígio, pelo menos em termos salariais, nunca existiu. O professor primário português não contava nem com consideração popular, nem dos poderes públicos, apesar do discurso ideológico que situava a educação num patamar tão elevado ao ponto de lhe atribuir capacidades de regenerar a sociedade e salvar a nação portuguesa, alinhando-a com os países mais desenvolvidos.

Os jornais do período exemplificam muito bem o quadro profissional de um professorado mal remunerado, vivendo em situação de extrema pobreza, sem garantias trabalhistas, atuando em más condições materiais e com reduzido estatuto social, mesmo quando era uma profissão ocupada somente pelos homens.

A PROFISSÃO DOCENTE EM PORTUGAL: UMA CONQUISTA FEMININA

Nos primeiros anos do século XX, *O Ensino*, editado em Coimbra, não apresentava o tom conciliador do outro jornal com o mesmo nome publicado em Lisboa no fim do século XIX, o qual não somente concordava com a inserção das mulheres na educação, como recomendava que estas seriam as mais indicadas para reger as classes mistas.

No ano de 1903, houve uma reviravolta a respeito dessas questões e, durante um longo período, travou-se no jornal uma verdadeira batalha escrita acerca do direito instituído por um decreto governamental que permitia que as professoras regessem classes do sexo masculino. O fato causou extrema

10. Helena de Araújo ainda observa que o magistério primário, “tendo começado como ocupação masculina no final do século XVIII, começou a incorporar lentamente as professoras nas escolas femininas no início do século XIX (1815). Só na segunda metade desse século é que a rede de escolas femininas cresceu a um ritmo mais rápido. Depois de 1870, o ensino começou a atrair mais mulheres e a ser tomado como uma área potencial de trabalho feminino. Entre 1870 e 1890, a proporção de mulheres no ensino passou de um quinto para um terço. As professoras passaram a ser quantitativamente majoritárias na escola primária, nos primeiros dez anos do século XX, sem que lhes fossem concedidas possibilidades de ingressar em lugares de maior poder de intervenção e prestígio, relacionadas com o ensino primário (por exemplo o lugar de inspetoras), como ocorria com seus pares masculinos” (Araújo, 1991. p.127).

consternação entre os homens que se sentiram espoliados do seu direito de exercerem uma profissão sem a *concorrência desleal* das professoras e passaram a vituperar contra a oportunidade oferecida às mulheres, enviando constantemente artigos e cartas aos jornais, lamentando e execrando essa possibilidade que limitava, segundo os professores, o seu próprio campo de trabalho.

Indignados com tal *injustiça*, os professores protestaram publicamente na imprensa contra tal descabimento e para isso valeram-se de vários argumentos. Estes argumentos referiam-se a, desde uma possibilidade de efeminação dos meninos, educados por mulheres, até uma possível mancha na reputação das professoras, além do perigo, sempre presente, que a beleza e os atrativos femininos pudessem perturbar os rapazes nas escolas e causar sérios problemas morais.

Como não havia entre as mulheres unanimidade acerca de várias questões femininas, algumas mulheres também se posicionaram contra a regência das classes mistas pelas professoras. As mulheres que se posicionavam a favor inferiam que as primeiras poderiam estar sendo instruídas pelos maridos, os quais, por sua vez, estavam defendendo posicionamentos pessoais por se sentirem ameaçados pela concorrência feminina.

Os editores responsáveis pelo jornal *O Ensino*, cuidadosamente, iriam declarar que, embora fosse seu dever publicar os artigos escritos por homens e mulheres, preferiam abster-se de tomar partido por ser o periódico denominado *revista de instrução pública* e ter entre sua política defender os interesses de *todo o professorado*. Apesar dessa saída bastante diplomática, em 24 de maio de 1908 os responsáveis pelo jornal publicaram uma página com os seguintes dizeres:

Respondendo à consulta do nosso estimável colega de Alcanede, inserta no nº 27 d'O Ensino, temos a dizer que a lei nada diz a respeito da entrada das professoras nos cursos noturnos. Nem proíbe, nem autoriza, mas o decoro manda que uma senhora não deve reger um curso noturno frequentado por adultos. As senhoras deviam ser as primeiras a não aceitar a regência das escolas do sexo masculino, tanto noturnas, como diurnas. Na maior parte das freguesias deste país não há escolas para o sexo feminino. Crie-as o governo e nomeie para lá as professoras, pois é ali que elas estão bem. Se os meninos precisam de ser convenientemente educados e instruídos para desempenhar o seu papel no seio da sociedade, as meninas também o precisam de ser, para se tornarem depois boas donas de casa.

Em contrapartida, as professoras também fizeram valer seus direitos e contra-argumentaram as objeções masculinas, promovendo um arrazoado que neutralizava os problemas e obstáculos apontados pelos professores quanto à sua atuação nas classes de meninos. Apontavam que as objeções masculinas careciam de pertinência e situavam-se, mais propriamente, em problemas pessoais do que na defesa da classe profissional. Denunciavam que os homens ainda se mantinham apegados a valores tradicionais que só valorizavam a mulher no papel materno e como dona-de-casa e que eles as queriam apenas

no espaço privado, sem lhes permitir o acesso a uma profissão que possibilitasse sua independência e as livrasse da submissão à autoridade masculina.

Os homens afirmavam que as mulheres estavam tirando o sustento dos professores, prejudicando toda a categoria profissional ao usurpar um lugar que não lhes caberia ocupar de direito, mas por força de um decreto que não reconheciam válido. Se a missão do professor fosse só instruir, argumentavam, até seria possível dar às mulheres tal regalia, porém “sua missão era educar e para educar não é pedagógico, nem racional que o façam as mulheres aos rapazes”. Essas matérias saíam quase sempre na primeira página do jornal. Muitas vezes vinham acompanhadas das réplicas das mulheres, o que devia despertar grande interesse de todos. Porém, foram raras as professoras que ousaram provocar a ira masculina, fosse por medo ou pudor. Apenas algumas poucas vieram a público e se expuseram, imbuídas o mais das vezes de um discurso conciliador sobre o papel da mulher, sua doçura, o espírito de sacrifício, a maternidade etc. Na realidade, o que havia era um grande preconceito contra o trabalho feminino de qualquer espécie, ditado por uma ideologia que enfatizava sua permanência no espaço privado. A ida ao público devia ser normatizada, mesmo que isso significasse fazer concessões. Essas concessões, posteriormente, seriam enquadradas dentro dessa mesma ideologia para que pudessem ser controladas mais facilmente. Apelava-se para sentimentos de honra e dignidade femininos e ao seu importante papel moralizador e social que se ligavam estreitamente com questões relevantes para as mulheres como lar, marido e filhos, pois “por muito instruída que a mulher venha a ser, há de ser sempre mulher... e o homem — homem” (*O Ensino*, 20 de junho de 1903. p.1)¹¹.

A luta das mulheres não era contra um inimigo odiado ou um sistema governamental, era contra seres próximos e amados que participavam do cotidiano e compartilhavam da existência, com suas dores e suas alegrias. Como, pois, identificar esses sutis e nem tão sutis mecanismos de dominação e subordinação de forma racional? Como proceder ao confronto no espaço público, se na privacidade dos lares o desejo de felicidade e harmonia era uma realidade? Essa é uma explicação perfeitamente plausível para justificar as poucas vozes femininas que se insurgiram contra o discurso masculino e

11. A frase em questão foi escrita por uma mulher com o pseudônimo de Noiael, possivelmente um emaranhado de letras do próprio nome para não ser identificada. O interessante é constatar que muitas mulheres, mesmo as instruídas, como a que assina o artigo, se colocam em papel inferior ao sexo masculino, posicionamento derivado de um condicionamento cultural e socialmente construído sobre a concepção de uma desigualdade na diferença. A posterior conquista feminina, com raízes no movimento feminista dos anos 70, vai fazer o inverso e propor uma igualdade baseada nas diferenças, o que mudará totalmente o enfoque do discurso e da prática feminina no correr dos anos.

intentaram, a duras penas e com grande ônus pessoal, fazer valer seus direitos e concretizar seus desejos, assim como as que optaram permanecer em silêncio ou concordar timidamente.

A partir de 1910, e durante o período republicano, o Estado português elaborou tentativas legais para restringir a participação feminina nas escolas primárias, instituindo uma legislação que indicava paridade de distribuição dos cargos no ensino para os professores e para as professoras equitativamente. O regime da coeducação que se implantou em 1919 permitiu que homens e mulheres ensinassem nos três primeiros anos do ensino. Apenas os primeiros poderiam ensinar nos dois últimos anos da escola obrigatória que funcionava em cinco anos. Havia, por parte dos atos oficiais, incentivos às mulheres para que cuidassem dos jardins-de-infância, considerados ideais para as professoras, numa tentativa de afastá-las do ensino primário (Araújo, 1993. p.174)¹².

Nem a instituição do regime republicano, nem a conturbação social da guerra que se avizinhava parecem ter tido alguma influência nos costumes portugueses, e as mulheres continuariam, ao longo das décadas, a ser o ente destinado ao lar e capaz dos mais *sublimes sacrifícios*, pelo menos assim sempre o quiseram os homens, mesmo os ilustrados e os mais progressistas. A imprensa educacional, normalmente dirigida por homens e tendo raríssimos espaços femininos, não produziu avanços nos discursos acerca da mulher, permanecendo atrelada aos modelos do século XIX. A mesma argumentação, a mesma ideologia e a mesma mentalidade permaneceram enquadrando o conservadorismo masculino sobre os papéis sociais femininos e a educação da mulher continuou imbricada com a educação dos homens:

Mas, para a educação da sociedade portuguesa, precisamos de um fato indispensável: a mulher. Para que ela eduque, é preciso educá-la primeiramente. É nisto que devemos pôr todos nossos cuidados. Ainda assim, por pouca cultura intelectual que possua a mulher, ela, pela sua virtude, é susceptível de dar educação a seus filhos. (*O Casa pia*, 15 de maio de 1922. p.1)

Os periódicos feministas que surgiram nos anos iniciais do século, escritos e dirigidos por mulheres pertencentes às elites, detentoras de cultura e experiência, apreciadoras de obras literárias, desempenhando ou uma profissão ou uma atividade remunerada, apresentavam um teor diferenciado da imprensa pedagógica, embora não rejeitassem a *sublime missão feminina*, diga-se maternidade.

O periódico *Alma Feminina*, publicado de 1907 a 1908, era uma revista semanal ilustrada de propriedade de Maurício Pimenta e tinha como redatora principal Virgínia Quaresma. No Rio de Janeiro havia uma redatora correspondente da revista, a poeta Adelina Lopes Vieira e o sr. Paris Xavier de

12. Segundo a autora, “Há assim indicações de que o Estado Republicano tentou assegurar a presença de uma força de trabalho masculina nas escolas primárias, monopolizando os lugares mais privilegiados para esses mesmos elementos”.

Carvalho, colaborador e *infatigável apóstolo da causa feminista*. Feministas ilustradas como Virgínia Quaresma, Elina Guimarães, Anna de Castro Osório e Beatriz Pinheiro colaboravam na revista e veiculavam algumas idéias que deviam ser consideradas muito avançadas. Essas mulheres intelectualizadas e mais esclarecidas afirmavam que não era a instrução em si que desnorтеava o sexo feminino, conforme se acreditava, mas a sua qualidade e a intenção com que esta era ministrada. Virgínia Quaresma, num artigo intitulado “Feminismo e Feministas”, defendia o princípio de que a educação da mulher não deveria servir apenas para que ela se tornasse educadora dos seus filhos, afirmando: “isto já é alguma coisa, mas não é tudo”. A jornalista argumentava que nem todas as mulheres se casam ou são mães e “se assim for, como se pensará numa educação feminina?” (*Alma Feminina*, 8 de agosto de 1907. p.66).

Em agosto de 1908, constituiu-se em Portugal a “Liga Republicana das Mulheres Portuguesas”, organização que procurou intervir politicamente no país, ao mesmo tempo em que reivindicava maiores direitos para as mulheres, como o acesso à educação e ao voto. A principal bandeira de luta da Liga centrava-se na educação feminina, cuja ausência era vista como a causa de todos os males que afligiam as mulheres. O censo de 1900 havia mostrado no país um índice de analfabetismo feminino em torno de 85% e isso viria a ser denunciado, principalmente, nas páginas do jornal *A Mulher e a Criança*, órgão de imprensa da Liga, editado de 1909 a 1911. A Liga, ao extinguir-se, tinha atingido grandes vitórias (apesar da oposição feita por segmentos mais conservadores ou monarquistas), que se situaram no campo de maiores direitos civis e políticos para as mulheres e por demonstrar a importância da sua educação e instrução, tão descurada pelo poder público até então. Os mesmos republicanos que as militantes da Liga apoiaram, após a implantação da República, lhes negaram o direito ao voto, mas, mesmo assim, mantiveram-se fiéis ao regime que tinham ajudado a instaurar e foram as primeiras organizações a criticar os rumos da nova forma de governo e a denunciar a filiação de oportunistas no Partido Republicano¹³.

O *Jornal da Liga* também apresentou contribuições, de certa forma, até antagônicas, pois se as articulistas questionavam os valores vigentes, como a injustiça de só a mãe ser obrigada a criar seus filhos se fossem solteiras, propugnavam também uma certa inferioridade da mulher ao afirmar que esta deveria *secundar o professor* na educação dos filhos e que era ao lado do

13. Além disso, a Liga “lutou pela educação e instrução da mulher portuguesa, assente nos princípios da razão e da ciência, contra o clericalismo e o jesuitismo; defendeu a criança do abandono e da mendicidade infantil; combateu a prostituição e o alcoolismo. Embora muitas vezes incompreendida e tendo de enfrentar a hostilidade masculina, bem como a feminina, a Liga desempenhou um papel pioneiro ao permitir a participação organizada da mulher na sociedade portuguesa, ao lado dos homens, trazendo-a para a rua, e ao contribuir para a tomada de consciência dos seus direitos, intervindo sobretudo pela palavra” (Esteves, 1991. p.169).

homem que deveria sempre estar. Talvez isso também não fosse propriamente um discurso de inferiorização, mas conciliador, o que demonstra uma preocupação em aliar-se aos homens e não combatê-los e, principalmente, manter a unidade familiar tão cara à mentalidade feminina portuguesa.

No magistério primário, que remunerava mal professores e professoras, a presença das mulheres, além da ambigüidade do exercício de uma profissão aliada à maternagem, como aliás ocorreu nos vários países, também possibilitou uma certa concorrência entre os sexos. Isso fica evidente na leitura de um artigo escrito no jornal feminista *A Semeadora*. Neste, uma professora escreveu indignada, referindo-se a uma proposta de um senhor denominado Sousa Vairinho, que havia remetido a um outro jornal, não nomeado pela missivista, um artigo no qual abordava a questão dos vencimentos recebidos pelos professores e pelas professoras¹⁴. O citado senhor havia sugerido, dada a falta de verbas do Ministério da Instrução Pública, que as professoras recebessem salários menores do que os recebidos pelos homens, por essas possuírem menos encargos familiares e menor responsabilidade financeira. Após apostrofar o missivista, que por sinal era professor, por sua inconseqüência e insensatez, a autora do artigo observou:

Ora, se eu tivesse de carregar fardos na alfândega, ou a pau e corda pelas ruas, sujeitar-me-ia a ganhar menos do que os homens que de ordinário fazem esse trabalho, porque o meu serviço seria muito inferior ao deles. Mas num trabalho intelectual para o que me preparei e de que prestei provas, obtendo até mais altas classificações do que os meus condiscípulos, trabalho que desempenho com dedicação e probidade, pelo menos igual à dos meus colegas barbados, não aceito a idéia de lhes ficar inferior em paga ou em consideração. (*A Semeadora*, 15 de dezembro de 1916. p.3)

CONCLUSÃO

A Primeira Guerra Mundial, ao requisitar os homens, possibilitou aberturas no mercado de trabalho e também nas universidades, nas quais havia cursos quase totalmente freqüentados pelo sexo feminino, principalmente na área de

14. Helena de Araújo observa que em 1844 o salário de uma professora correspondia a 2/3 do salário de um professor. Além disso, os professores que lecionavam em Lisboa e Porto recebiam maiores salários dos que os que trabalhavam em outras regiões do país. Porém, os salários das professoras em qualquer parte era o mesmo. Esse salário feminino tinha como justificativa o fato de as professoras terem pais e maridos que poderiam zelar por elas, o que não acontecia com os homens (!). A autora exemplifica que a "Reforma de 1878 terminou assim com a desigualdade salarial ao nível do ensino primário, ainda que não oferecendo nenhuma explicação para a mudança de política. A igualdade salarial para as professoras neste período aparece como um outro fenômeno de precocidade do Estado português, já que não parece ter sido adoptado como prática usual tanto a nível nacional como a nível mundial. A igualdade salarial no ensino primário foi introduzida na França em 1909; na Dinamarca em 1919; e em Inglaterra nos anos 1960" (Araújo, 1991. p.135).

educação. Essa inserção no ensino superior, embora ainda reservada às mulheres de elite, certamente fez com que as mentalidades fossem se transformando rapidamente. A partir de 1927, no regime da ditadura, floresceu novamente a retórica da separação entre os sexos nas escolas e o ensino seguiu as mesmas diretrizes, recomendando-se que os professores ministrassem aulas para os rapazes e as professoras trabalhassem com as meninas. Mas tal não se deu na prática e as professoras, contrariando a legislação oficial, continuaram a exercer também o magistério para os meninos. As escolas mistas cresceram, mesmo após o término do sistema de coeducação que se deu nesse mesmo ano.

A ideologia implícita na educação feminina também se veiculava nos manuais escolares, nas revistas e nos romances lidos pelas moças. Esses livros, especialmente os manuais de civilidade e etiqueta, ensinavam as moças portuguesas a comportarem-se cerimoniosamente no meio social. A educação dada no lar e voltada para o casamento ensinava as moças a serem obedientes e a respeitarem os seus superiores. Nos manuais escolares, a imagem da mulher era representada como a dona de casa, guardiã do lar e da família, diluída nos afazeres domésticos do lavar, passar, limpar e cozinhar. O trabalho apresentava-se como uma alternativa positiva ao ócio e às diversões. A mulher virtuosa ressaltava-se como um tributo a Deus e à Pátria¹⁵.

O sistema da coeducação, que já era um fato em alguns países europeus, Estados Unidos e Brasil, mereceu do jornal *Alma Feminina* uma acirrada defesa dado que, pelo decreto nº 13.791 de 16 de junho de 1927, o ministro da Instrução decidiu acabar com esse sistema nas escolas de todo o ensino primário. O decreto governamental fez com que uma conquista pela qual tinham lutado as feministas se esvaísse em definitivo. As jornalistas questionaram o porquê dessa distinção, observando que “uma sociedade era formada de elementos de ambos os sexos e se, no futuro, irão fatalmente se encontrar, por que separá-los na escola?”.

O trabalho feminino continuou, por longo tempo, sendo um tema constante nos debates promovidos pela revista e foram reivindicados direitos iguais e remunerações iguais para a mesma função no mundo do trabalho. Ao não aceitarem o desnível salarial, consideravam o trabalho feminino tão importante quanto o masculino, e o fato de a mulher ser capaz de sustentar-se não era

15. “Em suma, a imagem da mulher nos manuais escolares encontra-se espriada entre o mito e o gineceu doméstico. A família é concebida como base para a educação e o sustento dos filhos, regida por valores religiosos e patrióticos. (...) Os manuais escolares exprimem uma ideologia retrógrada face a revistas de larga divulgação como a *Ilustração Portuguesa* ou a *Voga* e a *Eva*. Também a leitura que algumas das principais feministas fizeram do conceito de educação se situa num tom totalmente diverso daquele a que nos habituaram os manuais de educação e de civilidade” (Barreira, 1992. p.52).

mais visto como um *privilegio* das mulheres pobres da população, mas uma maneira digna de ser independente. A submissão, segundo elas, tinha causas econômicas. Para eliminar a primeira havia que superar a segunda. Os direitos políticos, como o voto, de nada adiantariam se a mulher continuasse atrelada às questões práticas da vida cotidiana e dependendo do homem para manter-se. A educação feminina precisava ter por objetivo o desenvolvimento da sua inteligência, para que a mulher pudesse desincumbir-se eficazmente de um trabalho digno e bem remunerado. Mas, também apareciam os paradoxos e as contradições:

se a mulher, depois de se ter instruído e preparado para uma profissão, constitui família, e o marido pode dispensar o seu trabalho, tanto melhor. A direção de um lar oferece emprego a uma atividade consciente e bem orientada. (*Alma Feminina*, ano 12, n.3, maio/jun. 1928. p.27)

As mulheres conseguiram algumas vitórias, como o direito de serem admitidas como funcionárias públicas e terem licença de parto de dois meses, quer fossem ou não casadas. Mas prevaleceu sua domesticidade revelada pelos discursos políticos e educacionais. Os anarquistas deram apoio ao trabalho feminino, porém insistiram que à mulher casada deveria ser prioritário o cuidado com a casa. Para os católicos, as opiniões sobre os direitos das mulheres apegavam-se às encíclicas papais e negavam a estas quaisquer direitos ao considerarem que o trabalho feminino remunerado se opunha às exigências da família. Os católicos também enfatizaram a importância de evitar a concorrência feminina com os homens no espaço do trabalho, como forma de impedir a desagregação da família e de retirar empregos masculinos (*Alma Feminina*, ano 12, n.3, maio/jun. 1928. p.17).

As professoras foram diretamente atingidas nessa questão por ocuparem um espaço significativo no magistério primário. Ao mesmo tempo em que as normatizações e regras profissionais condicionavam seu papel na carreira, atrelado às representações e simbolizações que as faziam profissionais e mães de família, os discursos sobre os direitos femininos traíam essas concepções ao intentar colocá-las em pé de igualdade com o modelo masculino. Isso viria possibilitar um certo encorajamento para reivindicar mudanças no espaço doméstico e na profissão. Assim, as professoras protestaram, através da imprensa, contra as políticas estatais discriminatórias e opuseram-se à fusão das escolas masculinas com as femininas, com receio de que isso cortasse suas possibilidades de chegarem a ser diretoras, obstaculizando sua ascensão profissional.

Após o golpe militar em 1926, ainda reclamaram o direito de serem inspetoras escolares e de as professoras casadas continuarem a trabalhar, fato que também provocaria uma polêmica em 1930, quando se tentou impedi-las de lecionar para poderem dedicar-se à família. Impuseram-se contra os conservadores quando estes tentaram restringir as licenças de parto ou concedê-las apenas

às casadas, o que, finalmente e à sua revelia, acabou acontecendo quando o governo logrou retirar esses direitos¹⁶.

Apesar das condições adversas que enfrentaram no mundo do trabalho, ao qual se atiraram por motivos que podem ser classificados desde as necessidades econômicas até a realização pessoal, as professoras persistiram em suas posições e reivindicações e ocuparam quase que a totalidade do espaço profissional representado pelo magistério. Num momento histórico em que os papéis domésticos e familiares atribuídos às mulheres, ao longo das décadas, impregnavam fortemente o imaginário masculino, tanto quanto o feminino, e transformavam-se em empecilhos para o exercício de uma profissão, a inserção num mercado profissional costumeiramente ocupado pela parcela masculina representou uma conquista feminina.

A articulação entre os papéis de professoras e de mães continuou sendo enfatizada de maneira absoluta e o trabalho profissional tinha uma conotação piedosa. No seu exercício repousavam os mais caros ideais de fraternidade e solidariedade. Isso constituíra-se num apanágio da profissão ao longo do tempo e impregnava o imaginário social acerca do trabalho docente, pois professor era aquele que *professava*, o que demonstra uma íntima relação com o sacerdócio. A imagem do professor nacionalista, imbuído dos mais puros sentimentos acerca das novas gerações e do papel regenerador da escola impôs-se nesse cenário político pós-republicano e acabou por ser incorporada às representações mentais que a categoria profissional atribuía a si própria. Nos anos 40, a idéia do apostolado e da sagrada missão dos professores veiculou-se no imaginário social acerca da profissão e permaneceu nas décadas seguintes:

Esta imagem dos professores, persistente, incisiva e insidiosamente destilada do poder político para os professores, acabou naturalmente por ser incorporada na auto-representação deles próprios e por configurar um dos elementos da sua cultura: a idéia de um serviço de elevado valor que só pode ser prestado com devoção e sacrifício. (Sarmiento, 1994. p.82)¹⁷

-
16. Helena de Araújo considera que “houve sectores entre as professoras primárias que estiveram activas na defesa dos seus direitos e, apesar de viverem em condições árduas e num período em que o acesso ao discurso público estava fortemente condicionado por relações patriarcais, lutaram contra essas condições com os meios (limitados) que encontraram à sua disposição” (Araújo, 1993. p.179).
 17. O autor cita o depoimento de Rui Grácio, a respeito da situação ideológica em que se encontravam os professores primários portugueses no período republicano, considerados como imbuídos de uma cultura da passividade: “O professorado é uma classe doente, desenganada, tolhida. Corpo por assim dizer inânime, sem o vigor da saúde, nem a força do desespero, na aparência falecem-lhe as energias, para pressionar seja o que for. Curvada e opressa sob o fardo das lides quotidianas, das tensões emocionais a que o ofício a sujeita, hora a hora, é uma classe profissional que dir-se-ia descurar os seus próprios problemas de classe. Se não orienta os olhos e mobiliza as energias até o horizonte dos seus interesses profissionais, como se pode esperar que atenda o mais amplo horizonte dos interesses práticos em geral e os do ensino em especial?” (p.82).

A ação da professora na escola primária também passou a ser vista como uma forma de diminuir a miséria do povo, principalmente das crianças. *Sem a escola as futuras gerações de portugueses estariam fadadas à marginalidade e à mendicância. Sem o trabalho das professoras, a nação jamais poderia crescer e não seriam resolvidos os problemas sociais do país.* A educação bem orientada era também garantia de felicidade para todos e nas professoras concentrava-se a esperança e o futuro:

Lembre-mo-nos ainda de que a escola primária é o fundamento de toda a vida social e de que a nossa missão é a mais honrosa, embora a menos remunerada. Mas, que nos importa o desprezo dos que ignoram a importância da sagrada obra que nos propomos efetuar, se os efeitos serão constatados por todos? (*Alma Feminina*, ano 14, set./out. 1930. p.37-8).¹⁸

Com essas formulações justificava-se a inserção feminina no magistério. Contra tais argumentos não havia como se oporem os homens que ainda dirigiam suas vidas e os rumos da educação. Uma missão não poderia ser questionada, uma obra sagrada deveria obter todo o respeito. Se acreditavam nisso, transcendiam a própria formação de domesticidade e justificavam a sua ausência no lar, pois não estavam em busca de um emprego, mas desempenhavam um *dever feminino sagrado*. Afinal, para isso sempre se havia encaminhado o discurso social normativo masculino: lar e escola eram binômios indissolúveis; filhos e alunos davam no mesmo. Como, pois, impedi-las de realizar esse desejo?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. S. de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo, 1996. Tese (dout.) FEUSP

_____. *Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino. Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: FCC; Cortez, n.96, p.71-8, fev. 1996.

ADÃO, A. *O Estatuto sócio-profissional do professor primário em Portugal*. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

18. Artigo de Elina Guimarães, "A ação da mulher na escola primária": "Trabalharemos, cumpriremos integralmente os nossos deveres, aperfeiçoar-nos-emos para que a reabilitação da mulher seja completa, sublime ideal de tantas gerações. (...) não podemos descansar um só momento na nobre missão de prepararmos sobretudo esposas dignas e mães sabedoras, capazes de se imporem pela conduta e saber, fazendo de seus filhos homens respeitadores, que verão na mulher, não a escrava ou rival mas a companheira amiga, a colaboradora e a esposa que numa união ideal, caminhará a par do homem, na senda do dever, não lhe disputando direitos que a educação daquele fez reconhecer legítimos" (idem, p.38).

- ARAÚJO, H. C. *Uma outra visão sobre o professorado primário em Portugal*. Lisboa, 1993. (Trab. apresentado no Colóquio Educação e Sociedade).
- _____. As Professoras primárias na viragem do século: uma contribuição para a história da sua emergência no Estado (1870-1910). *Revista Organizações e Trabalho*, n.5/6, dez. 1991.
- BARREIRA, C. *História das nossas avós: retrato da burguesa em Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1992.
- ESTEVES, J. G. *A Liga Republicana das mulheres portuguesas*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, 1991.
- LEAL, I. F. *Fontes portuguesas para a história das mulheres*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1994.
- LEAL, M. I. *Um século de periódicos femininos*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, 1992. [Cadernos Condição Feminina, n.35].
- NÓVOA, A. (org.). *A Imprensa de educação e ensino: repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.
- OLIM, I., MARQUES, M. *A Luta das mulheres pelo voto*. Lisboa: Editora das Mulheres, 1979.
- SARMENTO, M. J. *A Vez e a voz dos professores*. Porto: Porto Editora, 1994.

Imprensa feminina e educacional

- AEIOU*. Évora, 1913-1914
- Alma Feminina*. Lisboa, 1907-1908
- Alma Feminina*. Lisboa, 1914-1946
- O Casa Pia*. Évora, 1922.
- O Ensino*. Coimbra, 1903-1908
- A Mulher e a Criança*. Lisboa, 1910
- A Semeadora*. Lisboa, 1915-1918